

Inscrição e cadastro do segurado especial (*)

Entende-se como segurado especial os produtores rurais que produzem em regime de economia familiar, sem a utilização de mão-de-obra assalariada permanente. Estão incluídos nesta categoria de segurados do INSS os cônjuges, os companheiros e os filhos maiores de 16 anos que trabalham com a família na atividade agropecuária.

Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração.

O grupo familiar poderá utilizar-se de empregado contratado por prazo determinado ou contribuinte individual, em épocas de safra (período entre o preparo do solo e a colheita), à razão de no máximo 120 (cento e vinte) pessoas/dia, dentro do ano civil, em períodos corridos ou intercalados. Também a outorga, por meio de contrato escrito de parceria, meação ou comodato, de 50% (cinquenta por cento) de imóvel rural cuja área total, contínua ou descontínua, não seja superior a quatro módulos fiscais, desde que outorgante e outorgado continuem a exercer atividade rural, individualmente ou em regime de economia familiar; a exploração da atividade turística da propriedade rural, inclusive com hospedagem, por não mais de 120 (cento e vinte) dias ao ano; a utilização pelo grupo familiar de processo de beneficiamento ou industrialização artesanal, não sujeito à incidência do Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI.

Não prejudica a condição de segurado especial o recebimento de pensão ou outro benefício que não supere o valor de um salário mínimo; o exercício de atividade remunerada em período de entressafra ou do defeso, desde que não supere 120 (cento e vinte) dias, corridos ou intercalados, no ano civil; o exercício de mandato eletivo de vereador do município onde desenvolve a atividade rural ou de dirigente de cooperativa rural constituída exclusivamente por segurados especiais.

A comprovação do exercício de atividade rural do segurado especial, bem como de seu respectivo grupo familiar, observada a idade mínima, constitucionalmente estabelecida para o trabalho, poderá ser feita com a apresentação de um destes documentos: contrato de arrendamento, parceria ou comodato rural; declaração de sindicato de trabalhadores e produtores rurais filiados ao sistema sindical da Contag ou CNA; notas de venda de produto rural; documentos fiscais relativos à entrega da produção rural à cooperativa agrícola, entreposto e outros, com a indicação do segurado como vendedor ou consignante; comprovante de recolhimento de contribuição decorrentes da comercialização da produção; cópia da declaração do imposto de renda, com indicação de renda proveniente da comercialização agropecuária.

A atividade rural exercida nas condições mencionadas poderá ficar prejudicada caso a exploração agropecuária seja feita em área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, quando então seu enquadramento será alterado para a de contribuinte individual – empregador rural, conforme artigo 12, inciso V, alínea “a”, 1, da Lei nº 8.212/91, com a nova redação dada pela Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008.

Podemos constatar a complexidade para a identificação e conceituação do que seja o segurado especial. Tanto é verdade que o Ministério da Previdência Social, através do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS - promoverá cadastramento de produtores rurais com a finalidade de institucionalizar a inscrição dos segurados e dependentes do segurado especial, prevista no artigo 17 da Lei nº 8.213/91. Assim foram acrescentado a este artigo, os parágrafos 4º, 5º e 6º onde é estabelecida a inscrição do segurado especial com o objetivo de vinculá-lo ao seu respectivo grupo familiar, e conterà, além das informações pessoais, a identificação da

“Podemos constatar a complexidade para a identificação e conceituação do que seja o segurado especial”

EDITORIAL

↳ Inscrição e cadastro do segurado especial

■ Páginas 01e 02

EVENTOS

■ Página 02

PEQUENAS NOTAS

■ Página 04

FIQUE SABENDO

↳ Aproxima-se o grande evento da Pecuária Regional

↳ Exportações do agronegócio em abril registram alta de 24,4% em reais

↳ Brasil irriga 3,4 milhões de hectares de áreas plantadas

↳ Parlamentares, instituições públicas e produtores discutem agricultura irrigada

■ Páginas 03 e 04

NOTICIA DA CNA

↳ CNA pede apoio do Banco do Brasil para a criação de Fundo de Risco

■ Páginas 05

ESPAÇO DO AGROPACTO

↳ Encontro semanal do dia 19/05/09

■ Página 05 e 06

Informativo Semanal



Nº 551

Órgão de divulgação de assuntos de interesse do Setor Agropecuário e do Pacto de Cooperação da Agropecuária Cearense.

Coordenação e Elaboração: Gerardo Angelim de Albuquerque - Chefe de Gabinete da FAEC

Coordenador Geral do Agropacto: JOSÉ RAMOS TORRES DE MELO FILHO (Presidente da FAEC)

Membros do Comitê Consultivo: Setor Público

Antônio Bezerra Peixoto - SDA
Antonio Cleber Maurício de Alencar - BB
Evandro Vasconcelos Holanda Júnior - Embrapa Caprinos
Francisco Zuza de Oliveira - ADECE
João Hélio Torres D'Ávila - UFC
João Ribeiro Crisóstomo - Embrapa Agroindústria Tropical
José Alves Teixeira - BNB
Teresa Lenice Nogueira da Gama Mota - SECITECE

Setor Privado

Carlos Prado - IBRAF/NE
Cristiano Peixoto Maia - C.S. Camarão
Edgar Gadelha Pereira Filho - C.S. Camaúba
Euvaldo Bringel Olinda - Instituto Frutal
Francisco Férrer Bezerra - FIEC
Gilson Gondim - C.S. Flores
João Nicélio Alves Nogueira - OCEC
João Teixeira Júnior - UNIVALE
José Alberto Costa Bezerra Júnior - C.S. Leite
Luiz Prata Girão - BETÂNIA
Raimundo Reginaldo Braga Lobo - SEBRAE/CE
Tom Prado - C.S. Fruticultura

Secretária:

KAMYLLA COSTA DE ANDRADE

Editoração Digital:

GEOVANA COSTA

Taquigrafia:

IRLANA GURGEL

Patrocínio:

BANCO DO BRASIL S/A

CONSULTA

Para maiores esclarecimentos sobre as informações aqui divulgadas, favor comunicar-se com a **SECRETARIA EXECUTIVA DO PACTO DE COOPERAÇÃO DA AGROPECUÁRIA CEARENSE**.

Endereço: Rua Edite Braga, 50 - Jardim América - 60.425-100 Fortaleza - CE

Telefones: (0xx85) 3535-8006/3535-8017

Fax: (0xx85) 3535-8001

E-mail: agropacto@faec.org.br

Site: www.agropacto-ce.org.br

Continuação

propriedade em que desenvolve a atividade e a que título, se nela reside ou o Município onde reside e, quando for o caso, a identificação e inscrição da pessoa responsável pela unidade familiar.

Não sendo proprietário deverá informar o nome do parceiro ou meeiro outorgante, arrendador, comodante ou assemelhado. Simultaneamente com a inscrição do segurado especial, será atribuído ao grupo familiar número de Cadastro Específico do INSS – CEI, para fins de recolhimento das contribuições previdenciárias incidentes sobre o valor bruto da comercialização agropecuária.

Para tanto o Ministério da Previdência Social desenvolverá programa de cadastramento destes segurados através de documento eletrônico. Este sistema será alimentado por informações fornecidas pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Secretaria da Receita Federal e Dataprev e a participação de entidades sindicais rurais, entre as quais a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). O objetivo é o combate à fraude e tornar ágil a habilitação e concessão de benefícios ao segurado especial, como já ocorre para o segurado urbano.

Entretanto, preocupa a conceituação a partir do módulo fiscal, conforme está estabelecido na Lei 11.718. Parece-nos que o “carro-chefe” será o cadastro do INCRA, com a informação inicial/principal sendo comandada pelo módulo fiscal, que serve de parâmetro da classificação do imóvel rural quanto a sua dimensão, definindo os limites para a pequena e média propriedade. Para cada Município é expresso em hectare, levando-se em conta o tipo de exploração predominante no Município. Seja hortifrutigranjeira, cultura permanente; cultura temporária; pecuária e florestal. O módulo fiscal é obtido dividindo-se sua área aproveitável total pelo módulo fiscal do Município, conforme está disposto na Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979.

Assim, os fatores para a obtenção do módulo fiscal da propriedade rural, em diferentes Municípios, certamente provocará o enquadramento previdenciário (segurado especial e empregador) nem sempre de acordo com o sistema de desenvolvimento da atividade agropecuária, isto é, com ou sem empregados.

Isto nos faz perguntar: o cadastro do segurado especial para o reconhecimento do direito poderá ser considerado confiável?

(*) **João Cândido de Oliveira Neto, Consultor de Previdência Social da Federação da Agricultura o Estado do Paraná**

Eventos

Seminário: A suinocultura brasileira precisa privilegiar as vendas dentro do Brasil, o que vai ser a tônica dos debates durante o XIII Seminário Nacional de Desenvolvimento da Suinocultura que será realizado de 1º a 02 de julho de 2009, no Rafain Palace Hotel & Convention Center, em Foz do Iguaçu, no Paraná. O evento é uma promoção da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos (ABCS) em parceria com a Associação Paranaense de Suinocultores (APS). Informações: e-mail escritoriobrasilia@abcs.com.br e site: www.seminariosuinocultura.com.br

Seminário: A Cooplantio estará realizando, de 1º a 03 de julho de 2009, no Centro de Convenções do Hotel Serrano, em Gramado, no Rio Grande do Sul, o 24º Seminário Cooplantio, nesta edição, com o tema central “Agronegócio: Ciclos e Oportunidades”, onde será possível debater quais são as oportunidades e desafios dos agricultores brasileiros para adequar a sua produção ao novo mercado mundial. Durante os 3 dias do evento serão 15 palestrantes trazendo informações relevantes para a tomada de decisões dos empresários rurais. Além disso, há a Feira de Produtos e Serviços Agropecuários com as novidades para o setor agrícola. Se você é produtor rural das culturas de arroz, soja, milho, trigo, engenheiro – agrônomo, profissional ligado à pesquisa, agroindústria ou a instituições do agronegócio, este evento está sendo feito para você. Participe! Informações: telefones: (54) 3295 8020; (51) 3481-3333; site: www.cooplantio.com.br

ALERTA AOS PRODUTORES RURAIS

O pagamento da contribuição sindical rural é obrigatório e, entre as passíveis sanções, está a cobrança judicial

FIQUE SABENDO !!! FIQUE SABENDO !!!

Aproxima-se o grande evento da Pecuária Regional



O XIII Seminário Nordestino de Pecuária – PECNORDESTE 2009, bem como os outros eventos que se realizarão paralelamente ao principal, tem a sua realização bem próxima, pois ocorrerá no período de 15 a 18 de junho, no Centro de Convenções do Ceará, em Fortaleza. O importante evento que já é executado por treze anos consecutivos, conta hoje, com outros certames que são promovidos no mesmo período, como a XIII Feira de Produtos e de Serviços Agropecuários, o VII Encontro Nordestino do Setor de Leite e Derivados – VII ENEL; do II Seminário Nordestino de Revendas Agropecuárias; Oficinas de Capacitação e Inovação em Arenas e Palestras Globais.

O grande Seminário tem como tema central “Seminário: Pecuária e Desenvolvimento”, sendo suas instituições promotoras, a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará – FAEC, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Ceará – SEBRAE/CE e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR.

Trata-se de um Seminário de caráter regional, com abrangência nacional, contando com uma trajetória ascendente, o que contribui para uma maior integração e desenvolvimento das cadeias produtivas do agronegócio da pecuária regional, transferindo novas tecnologias e proporcionando conhecimentos, além de oferecer capacitação de técnicos, produtores, empresários, disponibilizando o que tem de mais valioso, a geração de oportunidades de negócios e a integração de produtores com os mercados de consumo e de insumos.

É um evento que contempla todos os segmentos que compõem a pecuária nordestina, no caso a apicultura, a aquicultura e pesca, a avicultura, a bovinocultura de leite e corte, a caprinovincultura, a equinocultura, a estrutocultura e a suinocultura, bem como o artesanato e o turismo rural no espaço natural.

Objetivando a busca constante de se aprimorar e ir além da discussão dos temas importantes para o desenvolvimento da pecuária regional, o PECNORDESTE incorporou à sua programação, um formato inovador, que consiste num espaço onde os grandes temas de repercussão nacional serão debatidos por especialistas de escol no setor, ampliando o alcance e a importância dos técnicos para a sociedade e para as instituições diretamente ligadas ao evento. Portanto, o PECNORDESTE 2009 disponibiliza uma excelente oportunidade, não só para ser visitado por uma grande legião de pessoas, como para os empresários adquirirem estandes que mostrarão o que tem de melhor na sua empresa ou no seu agronegócio

Exportações do agronegócio em abril registram alta de 24,4% em reais

As exportações do agronegócio em moeda nacional registraram alta de 24,4% em abril, em relação ao mesmo mês do ano passado.

As vendas ao comércio exterior totalizaram R\$ 12,090 bilhões, contra R\$ 9,715 bilhões em 2008. Já as importações apresentaram crescimento menor, 13,1%, passando de R\$ 1,324 bilhão para R\$ 1,497 bilhão. O superávit da balança comercial foi de R\$ 10,593 bilhões, beneficiado pela desvalorização do real, em torno de 31%, frente ao dólar.

Nem mesmo a queda dos preços médios internacionais das principais commodities exportadas pelo Brasil comprometeu o resultado da balança em dólar. As exportações computadas em moeda americana registraram baixas de 4,7% em abril, diminuindo de US\$ 5,75 bilhões para US\$ 5,48 bilhões. Mesmo assim, o superávit foi de US\$ 4,804 bilhões. Os setores que apresentaram maiores taxas de crescimento foram complexo soja (12,2%), complexo sucroalcooleiro (21,1%), animais vivos (14,6%) e produtos apícolas (113,7%).

As vendas do complexo soja (grão, farelo e óleo) totalizaram US\$ 2,087 bilhões. Os valores exportados em grãos aumentaram de US\$ 1,398 bilhão para US\$ 1,542 bilhão. Apesar da redução de 17,8% nos preços, a quantidade exportada aumentou 34,3%. O mesmo aconteceu com o farelo de soja, que registrou preços 7% inferiores aos praticados em abril de 2008, enquanto o volume exportado aumentou 58,2%, gerando receita de US\$ 418 milhões, alta de 47%. Já as exportações do óleo de soja apresentaram queda (-28,5%), com elevação de 27,1% no volume exportado e redução de 43,7% nos preços.

O valor das exportações do complexo sucroalcooleiro passou de US\$ 411 milhões para US\$ 498 milhões (+21,1%). O crescimento é atribuído às vendas de açúcar, que tiveram alta de 47,9% em abril, na comparação com o mesmo mês de 2008, atingindo a cifra de US\$ 405 milhões. Houve aumento de preço e quantidade vendida do produto de 8,2% e 36,7%, respectivamente. Em contraposição, as exportações de álcool tiveram redução, em dólares, de 32,2%, totalizando US\$ 93 milhões. A queda deveu-se à redução, tanto do volume exportado (-13%), quanto do preço (-22%).

Dentre os produtos mais importantes da pauta exportadora, apresentaram variações negativas os setores de carnes (-11,3%), couros e seus produtos (-49,4%), produtos florestais (-10,9%) e café (-12,2%). A receita de exportações de carnes passou de US\$ 1,093 bilhão em abril de 2008 para US\$ 970 milhões em abril deste ano. A movimentação financeira de carne bovina *in natura* diminuiu 19,5% (de US\$ 308 milhões para US\$ 248 milhões), por conta da queda de 15,4% no preço médio e uma redução de 4,9% na quantidade embarcada. A receita com as vendas de carne de frango *in natura* apresentaram crescimento (4,2%), pelo aumento da quantidade exportada (28,2%), que compensou a queda de preços (-18,7%). As vendas externas de carne suína apresentaram redução de 22,8%, em função da queda dos preços em dólares (-28,5%), pois a quantidade exportada aumentou 8,1%.

Destinos – O agronegócio brasileiro registrou aumento nas exportações realizadas em abril para África (24,2%), Ásia (20,9%) e Oriente Médio (33,1%). Para os demais continentes e blocos econômicos, o impacto da desaceleração da economia mundial fez-se refletir sobre o valor das vendas externas. Dentre os países de destino das exportações, destacaram-se pelas taxas positivas a China (20,1%), Japão (46%), França (14,5%), Coreia do Sul (36,4%), Arábia Saudita (33,9%) e Irã (140,3%). A China manteve-se na liderança como principal receptora do agronegócio nacional no mês de abril, a ponto de ampliar em três vezes a diferença do valor exportado frente ao 2º colocado, os EUA. Foram US\$ 1,137 bilhão em vendas aos chineses, contra US\$ 378 milhões aos americanos.

PRODUTOR RURAL: Pague a Contribuição Sindical em benefício da manutenção do Sistema Sindical Rural

FIQUE SABENDO !!! FIQUE SABENDO !!!

Brasil irriga 3,4 milhões de hectares de áreas plantadas

O processo de irrigação contribui para o desenvolvimento e modernização da agropecuária ao promover o enriquecimento dos solos, minimizar a instabilidade climática, elevar a produtividade das lavouras e favorecer a criação de rebanhos. O Brasil irriga 3,4 milhões de hectares (o que corresponde a 16% da produção de grãos), dos quais 1,3 milhão de hectares estão na região Sudeste e 1,1 milhão no Rio Grande do Sul. Estão em solo brasileiro 12% da água superficial potável da terra, além de grande volume de água subterrânea, como os 70% do Aquífero Guarani, por exemplo.

Para beneficiar o setor, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) executa, desde a década de 70, programas especiais de crédito rural, pesquisa e assistência técnica. A partir dos anos 80, passou a contribuir com a criação dos programas de Aproveitamento Racional de Várzeas (Provárzeas) e de Financiamento de Equipamentos de Irrigação (Profir), que incorporaram mais de um milhão de hectares para a produção de grãos.

A formulação de políticas para irrigação é de responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, enquanto o Ministério da Agricultura apoia o desenvolvimento da agricultura irrigada, por meio do Programa de Crédito Rural de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem (Moderinfra). Esse projeto promove ações sustentáveis de irrigação, com taxas de juros de financiamentos diferenciadas de 6,75% ao ano.

Parlamentares, instituições públicas e produtores discutem agricultura irrigada

Mostrar a agricultura irrigada no Brasil como fator fundamental para o desenvolvimento e modernização da agropecuária e identificar os principais desafios e gargalos do setor. Este foi o objetivo do *Seminário Nacional de Agricultura Irrigada e Desenvolvimento Sustentável*, que ocorreu no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, nos dias 19 e 20 de maio corrente.

O seminário destinou-se a parlamentares, representantes de instituições públicas, produtores e agentes envolvidos com a agricultura irrigada. O encontro foi resultado de parceria dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e da Integração Nacional (MIN), Câmara dos Deputados e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

Na terça-feira (19), foi lançado o *Fórum Permanente de Agricultura Irrigada*, para articular e difundir conhecimentos na construção de soluções para o setor. Na quarta-feira (20), foram apresentados painéis sobre o potencial da agricultura irrigada, impactos socioeconômicos, desenvolvimento regional, políticas de regulação, gestão do uso da água, lei de irrigação, crédito e fortalecimento institucional.

De acordo com dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), a área mundial sob irrigação é de 278 milhões de hectares, o que corresponde a 18% da área total cultivada de 1,5 bilhão de hectares. No Brasil, a área é de 3,4 milhões de hectares, mas com potencial irrigável de 30 milhões de hectares. Essa prática é aplicada na maioria das culturas tropicais com destaque para as frutíferas, grãos, além de algodão, cana-de-açúcar e café.

pequenas NOTAS



Comissão da Câmara aprova rotulagem para transgênicos: A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) aprovou nesta terça-feira o Parecer do relator Deputado Ricardo Barros (PP/PR) pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 4.148/2008, de autoria do Deputado Luiz Carlos Heinze (PP/RS), que dispõe sobre embalagens e rótulos de produtos que contenham organismos geneticamente modificados em sua composição. A proposta determina que os alimentos que contenham em sua composição OGM (Organismos geneticamente modificados) em quantidade superior a 1% devem informar sobre a presença destes ingredientes em suas embalagens e que será facultativo, aos alimentos que não contenham OGM na composição, a rotulagem "livre de transgênicos", desde que existam similares transgênicos no mercado brasileiro.



Leite – País na FIL: O Brasil filiou-se à FIL (Federação Internacional de Laticínios). Foi criado o Comitê Nacional FIL Brasil, cujo objetivo é implementar as atividades e ações da FIL no país. Para Duarte Vilela, Chefe Geral da Embrapa Gado de Leite, a filiação do Brasil e a criação do comitê são importantes para a consolidação do país e da indústria nacional de lácteos no cenário internacional. O Brasil produz 30 bilhões de litros de leite por ano e a estimativa é atingir exportações de 5 bilhões de litro de leite em cinco anos.



Só promessa: Dos 17 portos incluídos no Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária, lançado em 2007, só 2 estão recebendo obras e, nos próximos dias, serão anunciados os vencedores da licitação para a dragagem de mais 3, inclusive o de Santos. O ministro da Secretaria Especial de Portos, Pedro Brito, não economiza adjetivos para se referir ao programa e garante que, com as dragagens previstas, 2009 será "um marco decisivo", que vai separar o presente do futuro dos portos. Mas, até agora, o programa continua sendo apenas uma boa promessa.



Genoma da Soja: Cientistas de um consórcio internacional de pesquisa, do qual o Brasil faz parte, divulgaram recentemente um primeiro rascunho do seqüenciamento do genoma da soja. Ainda faltam algumas lacunas no DNA a serem desvendadas, mas a sequência dos 20 cromossomos que formam o genoma, ou seja, a ordem das bases nitrogenadas GCTA em cada cromossomo, está pronta. De acordo com os pesquisadores, é difícil prever em quanto tempo a tecnologia vai chegar a campo. Para se ter ideia, para desenvolver um cultivar geneticamente melhorado é preciso pelo menos dez anos de pesquisa. Mas já se pode sonhar com um futuro em que o produtor de soja escolherá que soja plantar.

CNA pede apoio do Banco do Brasil para a criação de Fundo de Risco.

A Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Senadora Kátia Abreu, pediu o apoio do Banco do Brasil, maior financiador do crédito rural, para a criação de um fundo de compensação de riscos para o setor agropecuário, para reduzir o nível de inadimplência dos produtores e evitar a elevação do nível de classificação de risco das operações de crédito rural na safra 2009/2010. “A nossa prioridade é mobilizar esforços para a criação deste fundo, nos moldes dos já existentes, para amenizar os riscos do agricultor para a próxima safra”, disse Kátia Abreu. Segundo a senadora, o objetivo é mobilizar esforços, reunindo os Ministérios da Fazenda e Agricultura, Banco do Brasil e CNA para a consolidação de uma proposta, que deverá ser apresentada.

Segundo a senadora, seria injetado neste fundo o volume de recursos necessários para garantir o provisionamento (percentual do financiamento reservado em caso de inadimplência) dos contratos de acordo com o nível de risco de inadimplência dos empréstimos. A proposta prevê um aporte inicial da União, para facilitar o acesso do produtor rural aos novos recursos de financiamento para a lavoura. Participaram da reunião os vice-presidentes de Agronegócio e de Crédito, Controladoria e Risco Global, Luís Carlos Guedes Pinto e Ricardo Flores, além dos Diretores de Agronegócio e Crédito, José Carlos Vaz e Walter Malieni Júnior.

Nas regras atuais do crédito rural, quanto maior o nível de risco da operação, que varia de AA (mínimo) a H (máximo), maior é o percentual da operação provisionado. O nível de risco também é critério para a obtenção de financiamento. Os mutuários com risco de E a H têm mais dificuldade de obter novos empréstimos.

ESPAÇO DO PACTO ESPAÇO DO PACTO ESPAÇO DO PACTO



Resumo da reunião de 19 de maio de 2009

Tema: Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas

Palestrante; Lúcio Brunale, Chefe da Assessoria de Inovação Tecnológica da Embrapa Brasília – DF

Tema: Lançamento do XIII PECNORDESTE em Sobral

Palestrante: Antonio Bezerra Peixoto, Coordenador da Comissão Técnico-científica do PECNORDESTE

A Srª Coordenadora Teresa Mota abriu a reunião dizendo ser uma honra coordenar os trabalhos de mais um Agropacto itinerante, realizado desta feita, na cidade de Sobral. Passou a palavra ao Sr. Lúcio Brunale, que disse ser um prazer estar no Estado do Ceará para fazer aquela exposição. Disse está há 32 anos na Embrapa e que o principal objetivo daquela entidade na atualidade era estimular a inovação. Iniciou conceituando parques tecnológicos: consistem em empreendimentos criados e geridos com o objetivo permanente de promover a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação tecnológica, estimular a cooperação entre instituições de pesquisa, universidades e empresas e dar suporte ao desenvolvimento de atividades intensivas em conhecimento (Decreto SP 54.196 DE 02/04/2009). Citou a fala de Felipe Romera, ex-Presidente da APTE: “Os distritos industriais estão para a sociedade industrial assim como os parques científicos e tecnológicos para a sociedade do conhecimento”. Apresentou dois exemplos de parques: TAGUSPARK (Oeiras, Portugal) foi criado em 1992 (empresa privada), inaugurado em 1995, localizado às margens de rodovia nacional, a 20 km do aeroporto e a 5 Km da via férrea, com área total de 200 ha (metade ocupada),

com a criação de bairros e estruturas urbanas em volta do Parque. A propriedade é de uma empresa (S. A.) de 17 sócios, sendo o maior sócio da cidade de Oeiras com 17% do capital (valor da terra) e outros participantes: Instituto Superior Técnico (13%), Banco Português de Investimento (12%) Banco Comercial Português (10%), Caixa Geral de Depósitos (10%), Portugal Telecom; o capital inicial foi de 22 mi de Euros e o investimento inicial (com o valor da terra) no Parque foi de 80 mi de Euros. Observou que parte considerável dos recursos iniciais veio de fundos de desenvolvimento da União Europeia e que o empreendimento passou a distribuir dividendos após 7 anos de existência. Citou os serviços comuns prestados pelo Parque: gabinete de promoção da propriedade intelectual, serviço de difusão de informações (legislação, oportunidades, etc.), consultório de gestão empresarial, biblioteca, centro de congressos; energia elétrica, redes de água, esgotos e fibra ótica e demais itens de infraestrutura; e serviços de gestão do condomínio. Citou a metodologia de administração e infraestrutura do Taguspark e Incubadora de Empresas, destacando que, atualmente, em todo o Parque eram 160 empresas, 6500

empregados, o volume de negócios – 950 mil euros/ano e disse que mais de 70% das empresas instaladas nasceram no Parque. Fez uma panorâmica sobre os parques tecnológicos do Brasil: que, em levantamento realizado pela ANPROTEC, indicou que o Brasil possuía hoje 74 Parques Tecnológicos espalhados por todas as regiões, com concentração maior nas regiões Sudeste e Sul, devido à maior produção técnico-científica dessas regiões; que a região Sudeste apresentava participação destacada no número de parques em fase de projeto; que a região Nordeste apresentava a maior parte dos seus PqTs em operação; que todos os parques das regiões CO e N estão em fase de projeto ou em implantação. Entre os parques do Nordeste, em operação: NUTEC (Fortaleza – CE)^p e Bodocongó; em implantação: Tecnovia (Salvador – BA)^p e em planejamento: Parque Tec. de Alagoas (Maceió- AL). O segundo exemplo apresentado foi o Parque Tecnológico PUC/RS (TECNOPUC), em que a PUC/RS destinou 5,4 hectares do seu campus universitário, para a instalação; em julho de 2002, instalou-se o Centro de Desenvolvimento da Dell Computadores; em 2003, foi inaugurado um Centro de Tecnologia da Microsoft, visando à formação e à capacitação de profissionais; em 2004 foi inaugurado o Laboratório de P&D da HP Brasil. Seguiu apresentando a participação da Embrapa em parques tecnológicos (quatro parques em fase de planejamento e instalação: São Carlos/SP^p, Uberaba/MG^p, Varginha/MG^p e Brasília/DF^p), dizendo que a Embrapa podia participar institucionalmente na criação de Parques Tecnológicos, para incentivar a pesquisa, o desenvolvimento e inovação, com o principal objetivo de prover tecnologias, processos e serviços para empresas do Parque Tecnológico. Iniciou a apresentação do Programa de Incubação de Agronegócios (PROETA). Objetivos: transferir tecnologias, produtos e serviços gerados pela Embrapa para a iniciativa privada; contribuir para a geração de empresas de base tecnológica agropecuária; apoiar a disseminação de uma cultura de inovação e empreendedorismo; contribuir para a geração de emprego e renda. Benefícios de uma incubadora: Espaço físico individualizado – sala e/ou laboratório; Uso compartilhado de salas de reunião, auditório, laboratórios, copa e serviços de informática, internet, comunicação, xerox, etc.; Rateio de despesas de água, luz, telefone, etc; entre outros. Benefícios adicionais oferecidos pela Embrapa: Celebração de Contrato de Cooperação Técnica para Transferência de Tecnologia com a Embrapa; Redução de riscos no empreendimento em função da utilização de tecnologias da Embrapa previamente avaliadas sob o ponto de vista técnico e econômico; Participação em cursos e treinamentos promovidos pela Embrapa e por instituições parceiras; Assistência técnica (consultoria e assessoria), utilização de laboratórios, equipamentos, instrumentos e materiais da Embrapa durante o período de incubação. Entre outros. Mostrou o modelo PROETA, fluxo das ações e o Portal do PROETA: www.sct.embrapa.br/proeta, enumerando todas as possíveis informações que ali poderiam ser obtidas e algumas empresas incubadas, tais como: Aliança Orgânica, Blazei Brazil e Prisma. Apresentou resultados quantitativos do PROETA: 25 convênios com incubadoras, 13 convênios em negociação, 11 lançamentos de editais, 2 empresas graduadas. Concluiu dizendo que: Parques Tecnológicos estão sendo utilizados em todo o mundo como eficientes instrumentos para aproximação física e temática da ciência e da tecnologia com as empresas e com o

mercado; que não existem muitas experiências, no mundo, de incubação de empresas ou parques tecnológicos com foco no agronegócio; que os Parques Tecnológicos que obtiveram maior sucesso são geridos por empresas particulares; que participação dos governos local e/ou regional é de grande importância para a consolidação de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas. Finalizou agradecendo a atenção e deixando seus contatos: Lucio.brunale@embrapa.br, lbrunale@gmail.com, Fone (61) 3340-9392.

No segundo tema, a Sr^a Coordenadora passou a palavra ao Sr. Antonio Bezerra Peixoto, que procedeu ao lançamento do PECNORDESTE 2009, cujo tema é: “Semiárido – Pecuária e Desenvolvimento”, dizendo que ocorreria de 15 a 18 de junho de 2009, no Centro de Convenções do Ceará, sendo a solenidade de abertura às 19h do dia 15, seguindo a programação com palestras globais e técnicas, oficinas, minicursos e mesas redondas durante os dias 16, 17 e 18. Disse que o objetivo do PECNORDESTE é buscar o fortalecimento do agronegócio da pecuária nordestina e estimular a integração da produção com os mercados de insumos e de consumo, união do agronegócio da pecuária regional ao agronegócio da pecuária nacional. Disse que o Seminário contempla os segmentos: apicultura, aqüicultura e pesca, avicultura, bovinocultura, caprinovinocultura, eqüinocultura, estrutocultura, suinocultura, além do artesanato e do turismo rural no espaço natural. Citou eventos paralelos: XIII Feira de Produtos e Serviços Agropecuários, o II Seminário Nordestino de Revendas Agropecuárias e o VII Encontro Nordestino do Setor de Leite e Derivados – VII ENEL, Encontro da ABASE – NE, Festival gastronômico, etc. Mostrou a planta da feira e a localização dos auditórios e apresentou a equipe técnico-científica, agradecendo a colaboração de todos. Finalizou convidando a todos para se fazerem presentes.

Debates

A Sra. Coordenadora abriu os debates fazendo algumas considerações, entre elas: que o conhecimento do palestrante Dr. Lúcio era extremamente útil em relação à inovação; parabenizou à Embrapa Caprinos pela apresentação em Literatura de Cordel, mostrando o que a instituição fazia, pois havia sido muito criativo e que o evento pudesse fazer parte da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, promovida pela Secitece; provocou no sentido de uma incubadora voltada ao agronegócio, ancorada pela Embrapa e com o apoio da UVA. O Sr. Evandro Holanda considerou que tinha havido desarticulação na forma de trabalho, mas que passaram a trabalhar no sentido da inovação organizacional e citou exemplos de algumas cooperativas incubadas. A Sra. Luíza Barreto falou que recebiam muitas demandas para início de agronegócio e que a Embrapa, junto com a UVA, tinha o papel fundamental de fazer essa articulação. Convidou a todos para uma discussão do Fórum do Empreendedor sobre inovação tecnológica no agronegócio, a se realizar em início de junho. O Sr. José Pinto falou que a dificuldade em relação ao leite de cabra era o trabalho paralelo, e que naquele dia descobrira que a solução era o trabalho convergente. O Sr. Marcos Cláudio Rogério disse que poderiam conversar e ver aos poucos o que cada entidade já possuía, aproveitando o potencial de recursos humanos da UVA. O Sr. palestrante falou sobre a importância dos NIT's e que até agosto a Embrapa já teria uma posição de como conduzir essas estruturas, pois a Embrapa, nos parques tecnológicos também era iniciante. A Sr^a Coordenadora agradeceu a todos pelo debate, e convidou para o coffee break.